



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

PROBLEMÁTICA DO SANEAMENTO BÁSICO EM QUILOMBOS NO ALTO OESTE POTIGUAR

José Gomes Ferreira¹; Wagner Luiz Alves da Silva²; Maria Wagna de Araújo Dantas³;
Adalérico Araújo de Pontes⁴

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Estadual da Paraíba,
jose.ferreira@outlook.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte, wagner.alves@ifrn.edu.br

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Fundação de Apoio à Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte, wagnadantas@funcern.br

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte, Fundação de Apoio à Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Norte, adalerico.araujo@funcern.br

GT 03: Água, Emergência Climática, Território e Governança.

RESUMO

As comunidades quilombolas brasileiras reivindicam maior proteção social, ambiental e econômica por parte dos órgãos públicos. Com base nos resultados do Censo de 2022 e em visitas de campo, foram mapeadas as comunidades quilombolas situadas na região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte. O objetivo deste trabalho é analisar como as políticas socioambientais chegam até essas comunidades. O artigo destaca a falta de acesso a saneamento básico e analisa a tipologia das habitações, a presença de estruturas que garantam o acesso à água, a existência de redes de esgoto e de coleta de resíduos sólidos. Também são abordadas questões relacionadas à produção agrícola familiar, às festas tradicionais e aos elementos que compõem a identidade quilombola. A pesquisa de campo incluiu o levantamento de imagens georreferenciadas e a realização de entrevistas. Os resultados revelam uma expressiva desassistência por parte do poder público na oferta de apoios e serviços fundamentais a essas comunidades.

Palavras-chave: Povos tradicionais; Quilombos; Rio Grande do Norte; Saneamento básico; Vulnerabilidade socioambiental.

Destaques (highlights):

- As comunidades quilombolas do Alto Oeste Potiguar possuem um alto grau de vulnerabilidade socioeconômica;

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- As condições de saneamento básico são precárias;
- O alcance das políticas públicas governamentais é limitado e descontínuo;
- As comunidades quilombolas são historicamente invisibilizadas pelas políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saneamento Básico, estabelecida pela Lei nº 11.445/2007, e em particular o Programa Nacional de Saneamento Rural, previsto no Plano Nacional de Saneamento Básico, aprovado nos termos do Decreto nº 8.141, de 20 de novembro de 2013, apresentam ainda dificuldades em promover a universalização do acesso às áreas rurais, sobretudo às comunidades quilombolas. A universalização no acesso é um requisito para cumprir a Agenda 2030 das Nações Unidas, não apenas referente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 – Água e saneamento, mas igualmente na visão do setor e suas implicações na vulnerabilidade socioambiental, econômica e na própria manutenção dessas comunidades. Observam-se ainda implicações na política de território, de saúde, ensino e soberania alimentar, para além da manutenção de tradições que somente a comunidade presente tem como reproduzir (Gutiérrez-Murillo *et al.*, 2025; Castro; Cerezini, 2022).

Vários estudos têm mostrado o impacto da ausência de saneamento básico nas comunidades rurais quilombolas, aprofundando desigualdades e vulnerabilidades, expondo crianças e idosos a riscos com a saúde. Por outro lado, conforme denunciam as comunidades, a condição de invisibilidade derivada da raça não está totalmente ultrapassada, coincidindo com um desinvestimento nos vários serviços públicos e na melhoria das condições de vida (Gutiérrez-Murillo *et al.*, 2025).

A temática do racismo socioambiental insere-se na discussão mais abrangente sobre (in)justiça socioambiental, e que:

“tem o efeito de reduzir as possibilidades de ascensão social, reconhecimento e sustento material. Também afeta a saúde emocional e outros fatores que envolvem a vida em sociedade, em prol de uma espécie de superioridade racial que predomina entre as classes sociais” (Gutiérrez-Murillo *et al.*, 2025, p. 249).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Temos assim, que, ao negarem o acesso ao território, as políticas também negam a estas comunidades o direito básico à água e saneamento, aumentando vulnerabilidades e desigualdades que enfrentam há séculos (Moreira, Heller; Da Silva, 2024). A ausência de políticas públicas de saneamento e de políticas intersetoriais pode ser interpretada como um problema de racismo estrutural que enfrentam estas comunidades (Gutiérrez-Murillo *et al.*, 2025; Moreira; Heller; Da Silva, 2024).

Reforçando que, a partir de 2010, o acesso à água e esgoto passam a figurar como direitos humanos no contexto das Nações Unidas, ainda que a aplicação prática no Brasil encontre ainda barreiras que urge ultrapassar. Além disso, o avanço no acesso à água e ao saneamento são fatores “indispensáveis à promoção da vida e da dignidade humana, o que não se consolidam enquanto um direito” (Moreira; Heller; Da Silva, 2024, p.105).

Dado o forte impacto na saúde, o problema vem sendo abordado por diversos órgãos. Castro e Cerezini (2022, p.35) mostram que, de “2012 a 2022, a quase totalidade das despesas de custeio e de investimento relacionadas ao saneamento básico rural foram atribuídas a duas funções orçamentárias distintas”. Essas funções correspondem à assistência social, com recursos destinados ao Ministério da Cidadania; e à função saúde, com recursos destinados ao ministério e divididos entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Fundo Nacional de Saúde (FNS). Aliás, de acordo com o Art. 2º da Portaria nº 3.174, de 2 dezembro de 2019, do Ministério da Saúde, a Funasa é responsável pela coordenação da implementação do Programa.

Em 2022, pela primeira vez, o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025) apresentou resultados sobre a situação de saneamento básico dos quilombos brasileiros, evidenciando a situação geral de vulnerabilidade. O Censo 2022 mostrou que 94,6% dos quilombolas em áreas rurais convivem com precariedades no saneamento básico, mostrando que há uma diferença acentuada entre territórios urbanos e rurais. Nos territórios urbanos em que residem moradores quilombolas a precariedade no saneamento básico atinge 63,74% da população, já nos rurais o percentual atinge 93,82%. Sendo que o recenseamento identificou como população quilombola total, 53,61% entre moradores de áreas urbanas e 94,62% dos moradores em situação rural (IBGE, 2025).

Cabe salientar que as comunidades quilombolas brasileiras têm sido historicamente negligenciadas, mostrando-se carentes de políticas públicas que tragam uma melhor qualidade de vida aos seus moradores, e agravando a sua condição, enfrentando desafios significativos

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

relacionados à violação de direitos humanos, falta de acesso a políticas públicas, insegurança alimentar, pobreza e invisibilidade. Essas comunidades foram formadas, originalmente, a partir de populações negras, por escravos ditos “fujões”, que edificaram suas povoações em lugares de difícil acesso, onde perpetuavam seus modos de viver. O contexto de auto-exclusão era uma estratégia das populações quilombolas para sobreviver longe do preconceito e de perseguições, nas suas mais variadas formas. Segundo Bernieri e Fôlha (2018), por seus processos históricos e condições específicas de pobreza e desigualdade, as comunidades quilombolas acabaram vivendo em isolamento geográfico e/ou cultural, sofrendo com dificuldades de acesso às políticas públicas, agravando a sua situação de vulnerabilidade, além de serem alvos de discriminação racial, étnica e religiosa.

Dito isso, a partir dos resultados do Censo Demográfico de 2022, executado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da realização de visitas de campo, o objetivo central da pesquisa é mapear como chegam as políticas públicas socioambientais às comunidades quilombolas do Alto Oeste do Rio Grande do Norte, assim como conhecer as condições de vida, relação com a natureza e tradições. Para tal, daremos destaque às políticas de saneamento rural, mapeando as comunidades quilombolas da região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte.

2 METODOLOGIA

Como ponto de partida, uma pesquisa bibliográfica foi realizada junto a artigos e estudos relacionados à temática do saneamento em territórios quilombolas, sendo igualmente alargado ao saneamento rural, assim como à identificação de outras vulnerabilidades socioambientais destas comunidades. A partir da revisão narrativa bibliográfica, buscamos igualmente encaminhamentos para a discussão teórica que, na atual pesquisa, nos encaminha para o debate sobre racismo e injustiça socioambiental, assim como para o recorrente adiamento da política de saneamento básico.

Também foi realizada pesquisa documental e de dados estatísticos a partir dos documentos do marco legal de saneamento básico, do Programa Nacional de Saneamento Rural, do Plano Nacional de Saneamento Básico e outras medidas específicas que venham a ser adotadas para inverter a situação das comunidades tradicionais em matéria de saneamento. Essa

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

análise deu conta da obtenção de dados que foram selecionados e analisados com a finalidade de compor o retrato das comunidades quilombolas, inicialmente em nível nacional e, posteriormente, com maior refinamento da região do Alto Oeste do estado do Rio Grande do Norte.

Na pesquisa de campo realizada nos meses de setembro, outubro e novembro do ano de 2023, visitamos a totalidade das comunidades quilombolas da região. O registro fotográfico georreferenciado dos equipamentos públicos das comunidades foi realizado, bem como procuramos as suas respectivas lideranças a fim de aplicar um formulário de pesquisa qualitativo com o objetivo de realizar uma breve caracterização das áreas.

A análise dos dados deu destaque a aspectos como a distribuição dos quilombos nos municípios, a produção agrícola familiar, a existência ou não de políticas públicas capazes de inverterem a sua situação de vulnerabilidade socioambiental, as festas tradicionais e elementos de identidade destas comunidades. Foi igualmente dado destaque à tipologia de habitações, a existência de estruturas que garantam o acesso a serviços de saneamento básico, designadamente o acesso à água, a existência de rede de esgoto e a coleta de resíduos sólidos.

A região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte é formada por 44 municípios, compreendendo cerca de 335 mil habitantes, distribuídos em 10.701 km², o que corresponde a 44,79 hab./km² (IBGE, 2025). Através das visitas de campo, identificamos e mapeamos as comunidades quilombolas presentes na região, caracterizando-as e entendendo as suas dinâmicas.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O processo de reconhecimento oficial das comunidades quilombolas brasileiras é muito recente, antes disso a produção territorial dessas áreas era denominada de “terras de preto” (Souza *et al.*, 2019). De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, comunidades quilombolas são “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003). Os antigos quilombos, caracterizados como centros de resistência, luta e liberdade, eram locais de refúgio, onde os negros tinham oportunidade de reviver parte de suas tradições africanas (Bernieri,

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Fôlha, 2018). A Constituição Federal de 1988 estabelece através do seu artigo 68 o direito à titulação das terras das comunidades dos remanescentes de quilombos (Constituição Federal, 1988). Segundo Bernieri e Fôlha (2018):

“as comunidades formadas por antigos quilombos são grupos que se organizam de diversas maneiras, sendo que a grande maioria utiliza seus territórios e recursos naturais para conservar a cultura. Ao desfrutar dos recursos naturais, aplicam conhecimentos e práticas criadas e mantidas pelo povo que a compõem, sendo transmitidas de geração a geração por meio das práticas cotidianas e da oralidade” (Bernieri; Fôlha, 2018, p. 166).

As populações quilombolas, mesmo habitando efetivamente territórios, ainda passam por dificuldades quanto à posse legal dessas áreas. Além disso, algumas comunidades sofrem a pressão por parte do grande capital para a instalação de empreendimentos diversos, como é o caso de parques de produção de energia eólica. Esses conflitos levam essas populações a deixarem o lugar para buscar melhores oportunidades de trabalho e escolaridade longe da comunidade.

Os dados referentes ao Cadastro Geral de Remanescentes dos Quilombos (2022) indicam a existência de 3.583 comunidades dispersas por 24 estados, de acordo com critérios de autodefinição. Maranhão e Bahia são os estados com os maiores quantitativos de comunidades, com 859 e 841 quilombos, respectivamente. Já o Rio Grande do Norte conta com 35 comunidades (IBGE, 2025).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA DA REGIÃO DO ALTO OESTE POTIGUAR

Os municípios que contabilizaram população quilombola somam 22.371 residentes autodeclarados no Rio Grande do Norte, correspondendo a 0,68% da população total do estado. No Alto Oeste Potiguar são contabilizados 3.341 residentes distribuídos por Portalegre (1.399), Luís Gomes (1.121), São Miguel (337), Patu (208), Coronel João Pessoa (200) e Pau dos Ferros (76) (IBGE, 2023). Inclusive, o Censo menciona o município de Pau dos Ferros, embora o mesmo não possua comunidade quilombola reconhecida oficialmente.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Por sua vez, a Fundação Palmares (entidade específica do Governo Federal que trata da gestão das políticas públicas para comunidades quilombolas) reconheceu a existência de 10 Comunidades Remanescentes de Quilombos (Tabela 1).

O Censo detectou que nas Comunidades do Comum, Lagoa do Mato e Coati existem moradores não considerados quilombolas, isso se dá pela integração crescente entre os quilombolas e moradores que chegaram em tempos mais recentes. Com exceção do Sítio Jatobá, as demais comunidades estão localizadas em municípios serranos. A comunidade mais antiga é a do Sítio Jatobá, sendo instituída em 13 de dezembro de 2006. Já a comunidade mais recente é a de Lagoa de Pedra, criada em 22 de março de 2023.

Tabela 1 – Dados gerais das Comunidades Quilombolas localizadas no Alto Oeste Potiguar

Município	Comunidade	Data da Portaria no DOU	População	
			Não quilombolas (habitantes)	Quilombolas (famílias)
Cel. João Pessoa	Comum	19/12/2018	19	94
Patu	Jatobá	13/12/2006	0	44
Portalegre	Sítio Pega	07/02/2007	0	75
Portalegre	Sítio Lajes	07/02/2007	0	50
Portalegre	Sítio Arrojado / Engenho Novo	07/02/2007	0	59 (03 na cidade)
Portalegre	Sítio Sobrado	07/02/2007	0	45
Luís Gomes	Lagoa do Mato e Coati	26/04/2018	230	110
Luís Gomes	Lagoa de Pedra	22/03/2023	0	103

Fonte: Fundação Palmares (2023); IBGE (2023); Funcern (2023).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SANEAMENTO BÁSICO

Em 2022, o Censo Quilombola mostrou vários dados do maior interesse no sentido de reverter a situação de vulnerabilidade destas comunidades. Em primeiro lugar, das 1.330.186 pessoas que constituem a população quilombola no Brasil, 61,7% residem em áreas rurais, enquanto esse dado somatiza 87,37% dos que habitam os Territórios Quilombolas oficialmente

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

delimitados (IBGE, 2025).

Nesses territórios, a precariedade no saneamento básico atinge 63,74% dos seus moradores urbanos e 93,82% dos que habitam as áreas rurais. Especificamente em relação ao acesso à água, as condições de maior precariedade chegam a 11,3% dos quilombolas que habitam áreas urbanas e a 41,6% da população que reside nas áreas rurais (IBGE, 2025).

Por sua vez, o Censo demonstrou que 72,34% dos moradores que residem nos territórios quilombolas em situação rural têm acesso a banheiro de uso exclusivo no domicílio. Segundo o Censo do IBGE, a maior situação de precariedade ou ausência de esgotamento encontrava-se entre os moradores quilombolas de áreas rurais, com 83,37% (IBGE, 2025).

Para resumir esse quadro da situação do saneamento, na Tabela 2 constam dados sobre as formas de abastecimento de água, coleta de esgotos e destinação final do lixo para os domicílios localizados em comunidades quilombolas no Rio Grande do Norte. De maneira geral, os dados revelam que a população rural segue desassistida de políticas públicas voltadas para o saneamento básico.

Tabela 2 – Situação do saneamento básico dos domicílios das comunidades quilombolas no Rio Grande do Norte

Tipo do serviço de saneamento	Tipologia do serviço/Forma de destinação	Situação do domicílio	
		Urbano	Rural
Principal forma de abastecimento de água	Rede geral de distribuição	1	686
	Poço profundo ou artesiano	0	90
	Poço raso, freático ou cacimba	0	0
	Fonte, nascente ou mina	0	0
	Carro-pipa	0	218
	Água da chuva armazenada	0	152
	Rios, açudes, córregos, lagos e igarapés	0	3
	Outra	0	50
Tipo de esgotamento sanitário	Rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede	1	97
	Rede geral ou pluvial	1	15
	Fossa séptica ou fossa filtro ligada à rede	0	82
	Fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede	0	74
	Fossa rudimentar ou buraco	0	963
	Vala	0	48
	Rio, lago, córrego ou mar	0	0
	Outra forma	0	6
	Não tinham banheiro nem sanitário	0	11

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Destino do lixo	Coletado no domicílio por serviço de limpeza ou depositado em caçamba de serviço de limpeza	1	591
	Queimado na propriedade, enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, encosta ou área pública ou outro destino	0	608

Fonte: IBGE, 2025.

4.2. SANEAMENTO BÁSICO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ALTO OESTE POTIGUAR

Na visita de campo, foi feito contato com as lideranças/membros dirigentes quilombolas, os quais relataram que o rendimento médio das suas populações é de majoritariamente menos de 1 salário-mínimo (5 respostas), atingindo no máximo entre 1 e 2 salários-mínimos (3 respostas). Estas comunidades acabam apresentando maiores condições de vulnerabilidade. Assim, quando questionados em resposta múltipla para identificarem as principais dificuldades destacaram: a Assistência Governamental (5), as Estradas (3), o Posto de Saúde (3), a Escola (1) e outras (2)

As visitas permitiram identificar que o tipo de construção dos domicílios predominante é a alvenaria com reboco (8), identificando-se também duas construções de alvenaria sem reboco e duas de taipa/pau-a-pique (construções feitas com madeira *in natura* e barro). Quanto ao acesso à água e destinação dos esgotos, nenhuma das habitações se encontra ligada à rede pública de água e à rede de esgoto. Fontes como Rio, Riacho, Açude (2 respostas), Carro Pipa (5) e outra (7) são as origens de água identificadas. A fossa (7) e o esgoto a céu aberto marcam a destinação final do esgotamento sanitário.

Quanto à destinação final dos resíduos, não chega a coleta dos municípios, 8 respostas indicaram que os resíduos são queimados e uma que é jogado a céu aberto. O Quadro 1 sintetiza o levantamento de campo por comunidade quanto à tipologia de habitações, acesso à água, coleta de esgoto e de resíduos sólidos urbanos.

Quadro 1 – Características das habitações e do saneamento nas comunidades quilombolas do Alto Oeste Potiguar

Comunidade quilombola / Município	Tipologia das habitações	Acesso à água	Destino do esgoto	Destino final dos resíduos sólidos
Sítio Comum	Construídas em	Vem de um poço	Dejetos são	Queima ou

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

(Cel. João Pessoa)	alvenaria com rebocos nas paredes. Persistem 8 casas de taipa		lançados em fossas negras. Estavam em instalação banheiros solares ecológicos da FUNASA	lançados a céu aberto
Lagoa do Mato e Coati (Luís Gomes)	Todas as casas são de alvenaria com reboco nas paredes	Rede geral a partir de um açude próximo. Em períodos de escassez vem de cisternas e carros-pipa	Fossas	Queima
Lagoa de Pedras (Luís Gomes)	São de alvenaria com reboco e algumas de taipa	Poço artesiano e carros-pipa	Fossas	Queima
Sítio Arrojado (Portalegre)	São todas em alvenaria e reboco nas paredes	Vem de adutora, cacimbão e cisternas. Em períodos de escassez vem de carros-pipa da Prefeitura	Fossas	Queima
Sítio Lajes (Portalegre)	São em alvenaria, algumas ainda sem reboco nas paredes	Para usos gerais é captada em açude. Para beber vem de cisternas	Fossas, com águas cinzas lançadas ao ar livre	Queima
Sítio Sobrado (Portalegre)	São em alvenaria, algumas ainda sem reboco nas paredes	De cisternas e carros-pipa em períodos de escassez	Fossas	Queima
Sítio Pega (Portalegre)	São em alvenaria e com reboco nas paredes	Água para usos gerais vem de adutora. Água para beber e cozinhar vem de cisterna	Fossas	Queima
Sítio Jatobá (Patu)	São em alvenaria e com reboco nas paredes	Canalizada de poço artesiano para as casas	Fossas, com águas cinzas lançadas ao ar livre	Queima

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos das comunidades quilombolas do Alto Oeste Potiguar revelaram um alto grau de vulnerabilidade socioeconômica dos seus moradores, materializando-se pelo baixo

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

rendimento financeiro e a ausência de empregos, conferindo um grau elevado de dependência financeira de auxílios governamentais.

As condições de saneamento ambiental são igualmente precárias, mesmo as mais básicas como a oferta de água e a coleta de esgotos e resíduos sólidos.

A produção agropecuária é resumida a esfera da subsistência, não sendo identificados excedentes para comercialização e assim melhorarem seus rendimentos financeiros.

Apesar de alguns avanços, o alcance das políticas públicas governamentais é limitado e descontínuo, fato revelado nas entrevistas junto às lideranças locais, mas também pelas visitas de campo.

REFERÊNCIAS

BERNIERI, C. G. P, FÔLHA, J. G. P. Comunidade Quilombola de Lajeado (Dianópolis – Estado do Tocantins – Brasil): construção história e saberes ancestrais. In: Moraes, N. R. *et al.* (Orgs.). **Povos originários e comunidades tradicionais**. vol. 1, cap. 6. Porto Alegre, RS: Editora Fi, Boa Vista, RR: EdUFRR p. 163-198, 2018.

CASTRO, C. N.; CERZINI, M. T. Saneamento rural no Brasil: desafios para a ampliação do acesso. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, 28, p.31-43, jul.-dez. 2022.

CONSTITUIÇÃO. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://surl.li/xppyng>. Acesso em: 3 jun. 2025

BRASIL. **Decreto n. 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 2003. Brasília, DF.

FUNCERN. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA do Aterro Sanitário Regional Alto Oeste**. Tomo II. Natal: Fundação de Apoio ao IFRN, 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. (2024) **Informações Quilombolas**. Disponível em: <http://surl.li/gadwnj>.

GUTIÉRREZ-MURILLO, R. S.; GROSSI, P. K.; COGOY, E. M.; MACHADO, L. A. Políticas afirmativas de equidade para comunidades quilombolas. **O Social em Questão**, 1(61), p. 241-262, 2025.

IBGE. **Censo demográfico 2022: quilombolas: principais características das pessoas e dos domicílios, por situação urbana ou rural do domicílio**. Rio de Janeiro : IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca->

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

[catalogo?view=detalhes&id=73112](#). Acesso em 05 jun. 2025.

MOREIRA, A. M. F.; HELLER, L.; DA SILVA, P. N. Confluências quilombolas: o caso da comunidade de Croatá (MG). **Argumentum**, v. 16, n. 2, p. 100-114, 2024.

SOUZA, M. F. P., SILVA, W. L. A., COSTA, L. P. Comunidade Remanescente de Quilombo, desigualdade e política pública: reflexões sobre um ‘caso particular do possível’ das mulheres quilombolas em uma comunidade na região norte-rio-grandense. **Interações**. 20(4), 1057-1071, 2019.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

